

RESENHA

A HISTÓRIA DAS IDÉIAS NA PERSPECTIVA DE QUENTIN SKINNER

*Vander Schulz Nöthling*¹

SKINNER, Quentin. “Meaning and Understand in the History of Ideas”, in: **Visions of Politics**, Vol. 1, Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Em seu célebre artigo “Meaning and Understanding in the History of Ideas”², Quentin Skinner aponta vários absurdos históricos decorrentes da idéia de que o valor da história das idéias reside no fato de que “os textos clássicos em moral, política, religião e outros tais modos de pensamento contêm uma ‘sabedoria perene’ na forma de idéias universais”³. Segundo Skinner, esse pressuposto inevitavelmente leva o historiador das idéias a se concentrar exclusivamente ou predominantemente no que o texto clássico diz acerca de um determinado tema, investigando sua estrutura interna como se o texto tivesse sido escrito por um contemporâneo. Esse tipo de abordagem, todavia, constitui uma fonte de equívocos que comprometem seriamente os resultados da investigação histórica, de modo que a história deixa de ser história, e torna-se uma mitologia. Skinner identifica três resultados possíveis das

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (2011) e professor do Seminário Diocesano Nossa Senhora das Dores (Diocese da Campanha).

² SKINNER, Q. “Meaning and Understanding in the History of Ideas”, in: SKINNER, Q. *Visions of Politics*, vol. I. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

³ *Ibid.* p.57.

abordagens focadas exclusivamente ou predominantemente na estrutura interna dos textos: a mitologia da doutrina, a mitologia da coerência e a mitologia da *prolepsis*.

A mitologia da doutrina consiste, basicamente, em esperar que “cada autor clássico (na história, digamos, da teoria moral ou política) deverá enunciar alguma doutrina acerca de cada tópico considerado constitutivo de sua disciplina”⁴. Esta mitologia assume duas formas distintas. Em primeiro lugar, o historiador corre o risco de converter observações dispersas feitas por um autor clássico em uma ‘doutrina’ que tal autor jamais enunciou, e jamais poderia ter tido a intenção de enunciar. Ao privilegiar o estudo de afirmações que, de alguma maneira, parecem prenunciar doutrinas com as quais está familiarizado, o historiador torna-se particularmente susceptível ao anacronismo, ou seja, à impropriedade histórica decorrente da atribuição de uma determinada doutrina a um autor que, em sua época, jamais poderia tê-la formulado. É claro que a leitura cuidadosa de um texto clássico tem o seu valor no trabalho de interpretação das idéias nele contidas, mas não se deve ignorar e tampouco minimizar a importância do contexto em que tais textos foram escritos.

Em segundo lugar, o historiador corre o risco de criticar um autor clássico por este ter falhado em enunciar uma doutrina considerada característica de sua disciplina. Trata-se, como se pode perceber facilmente, do inverso da primeira forma da mitologia da doutrina e, mais uma vez, o equívoco consiste em esperar de um autor clássico a formulação de uma doutrina que este jamais poderia ter formulado.

A mitologia da coerência consiste na atribuição de uma consistência absoluta às obras de autores que, na verdade, falharam em apresentar suas idéias de modo perfeitamente consistente e sistemático. “Este procedimento”, observa Skinner, “dá ao pensamento dos

⁴ *Ibid.* p.59.

grandes filósofos uma coerência, e um ar geralmente de um sistema fechado, que eles podem jamais ter alcançado ou mesmo aspirado alcançar”⁵. Como resultado, alguns historiadores caem na tentação de tentar minimizar ou mesmo suprimir a importância de afirmações que parecem comprometer de modo decisivo a coerência interna de um texto clássico, ou de criticar um autor clássico por ter falhado na construção de um sistema totalmente coerente. Nesse sentido, ao se deparar com afirmações contraditórias, o historiador pode ser levado a descartar um dos pólos da contradição, ignorando as tensões que caracterizam as obras de todo grande autor. O absurdo deste tipo de abordagem reside no fato de que, ao tentar salvar “a todo custo” a coerência das idéias de um autor, o historiador arrisca-se a sacrificar parte do que o próprio autor deixou registrado.

Por fim, a mitologia da *prolepsis* consiste no tipo de discussão que somos inclinados a produzir “quando estamos mais interessados no significado retrospectivo de um dado episódio que em seu sentido para o agente em seu próprio tempo”⁶. O absurdo desse tipo de abordagem reside precisamente na descrição da obra de um autor clássico, assim como de sua relevância, de tal maneira que aquilo que o autor pode ter tido a intenção de dizer acaba sendo negligenciado. Muito embora o historiador das idéias possa analisar o significado que um texto do passado tem para nós, leitores do tempo atual, é um grande equívoco acreditar que tal explicação possa corresponder a uma descrição daquilo que o autor clássico tinha em mente ao escrever sua obra. Podemos citar, como exemplo, a análise proposta por George Wright em *Religion, politics and Thomas Hobbes*⁷, segundo a qual os esforços empreendidos por Hobbes para explicitar a relação entre religião e política, igreja e estado, possui uma relevância particularmente especial para os leitores de hoje, uma vez que diversas formas de

⁵ SKINNER, Q. “Meaning and Understanding in the History of Ideas”; op. cit. p. 68.

⁶ SKINNER, Q. “Meaning and Understanding in the History of Ideas”; op. cit. p.73.

⁷ WRIGHT, G. *Religion, Politics and Thomas Hobbes*. The Netherlands: Springer, 2006.

fundamentalismo religioso vêm ganhando controle de instituições políticas em diversas partes do mundo. Em princípio, não há nada de errado com essa análise, contanto que não se chegue ao extremo de afirmar que, ao escrever sua obra, Hobbes tivesse pretendido atacar o mesmo tipo de fundamentalismo que tanto tem preocupado o mundo contemporâneo. É verdade que o fundamentalismo religioso desempenhou um importante papel ao longo da Revolução Inglesa, mas seria absurdo confundir o significado que nós podemos encontrar nas idéias hobbesianas acerca da relação entre religião e política com o significado que estas mesmas idéias tinham para seu autor.

O método histórico proposto por Skinner consiste fundamentalmente em “tentar situar esses textos [históricos] em contextos que nos permitam, por sua vez, identificar o que seus autores estavam fazendo ao escrevê-los”⁸. Skinner esclarece que “se quisermos compreender tais textos, devemos ser capazes de oferecer uma explicação não meramente do significado do que foi dito, mas também do que o autor em questão pode ter tido a intenção de dizer ao dizer o que disse”⁹. Segundo o autor, devemos distinguir entre duas dimensões específicas do trabalho hermenêutico: a dimensão do significado, ou seja, daquilo que o texto *diz*, e a dimensão do ato lingüístico, ou seja, daquilo que o autor *faz* ao dizer o que diz. O método histórico tende a concentrar-se na dimensão performativa dos textos clássicos. Mas o que exatamente significa investigar aquilo que o autor *faz* ao dizer o que diz? Basicamente, este tipo de abordagem significa tentar explicitar as questões sobre as quais os autores clássicos se debruçaram, e para as quais tentaram formular soluções. Em primeiro lugar, o historiador das idéias deve tentar explicitar o contexto discursivo no qual o texto foi produzido, a fim de descobrir tudo aquilo que o autor pode ter tido a intenção de comunicar a seus leitores

⁸ SKINNER, Q., *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*; tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 22.

⁹ SKINNER, Q. “Meaning and Understanding in the History of Ideas”; op. cit. p. 79.

contemporâneos. Em segundo lugar, é preciso identificar, entre as várias possibilidades de significado descobertas, aquela que corresponde à afirmação em questão. Daí a importância do conhecimento histórico acerca do período em que tais textos foram escritos. Pois é precisamente a história que nos permite identificar os problemas que atraíram a atenção dos autores clássicos. A esse propósito, observa Skinner que “o contexto social figura como a estrutura última a partir da qual podemos decidir quais significados convencionalmente reconhecíveis alguém poderia, em princípio, ter desejado comunicar”¹⁰.

¹⁰ SKINNER, Q. “Meaning and Understanding in the History of Ideas”; op. cit., p. 87.